

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.745 - SP (2017/0008277-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : NEIDE DE STEFANO MANTELLATO DIAS**  
**ADVOGADOS : FERNANDO BRANDÃO WHITAKER - SP105692**  
**FLAVIA TIEZZI COTINI DE AZEVEDO SODRÉ E OUTRO(S) - SP253877**  
**EMBARGADO : UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS**  
**ADVOGADOS : LIZETE RODRIGUES FEITOSA E OUTRO(S) - PR021762**  
**FÁBIO SILVEIRA ROCHA - PR038685**  
**RICARDO EMIR BURATTI - PR047395**

## DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por **NEIDE DE STEFANO MANTELLATO DIAS**; em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 398-403, e-STJ) que negou provimento ao recurso especial da embargante.

Em suas razões (fls. 407-410, e-STJ), a insurgente alega a existência de contradição no *decisum* embargado, ao argumento de que "o plano de saúde da EMBARGANTE não era coletivo, mas sim individual/familiar" (fls. 407, e-STJ).

Impugnação às fls. 413-415, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os embargos merecem acolhimento, contudo, sem efeitos infringentes.

**1.** Com efeito, nos estreitos lindes do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração objetivam suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão ou acórdão.

De fato, verifica-se que houve o pronunciamento equivocado acerca das matérias suscitadas na decisão singular embargada.

**2.** Assiste razão à embargante quanto à contradição na decisão singular ora embargada. Infere-se das razões do apelo extremo que a recorrente requereu a declaração de abusividade da rescisão unilateral do plano de saúde individual/familiar.

Todavia, denota-se da referida decisão singular que fora aplicado o óbice da Súmula 83/STJ à hipótese dos autos, considerando que o contrato do plano assistencial se deu na modalidade coletiva.

Dessa forma, em se tratando de plano de assistência à saúde de contratação individual ou familiar, a Lei 9.656/98 foi taxativa ao proibir a rescisão ou a suspensão unilateral imotivada do contrato por iniciativa da operadora. Assim, somente, em casos de fraude ou inadimplência, o referido contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

O Tribunal local se pronunciou nos seguintes termos:

5. O presente recurso merece provimento.

6. Consigno, inicialmente, que a cláusula 71 do contrato firmado entre as partes não padece da nulidade reconhecida pelo i. magistrado singular, posto que em consonância com o quanto disposto no artigo 13, parágrafo único, inciso lida Lei 9.656/98, que dispõe:

"Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo

inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação. Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas: II a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência".

7. No caso sub judice, a apelada foi devidamente notificada a respeito do inadimplemento, conforme Aviso de Recebimento referente à notificação extrajudicial devidamente enviada pela seguradora às fls. 217/219.

8. Ressalto, ainda, que a notificação foi enviada no endereço fornecido pelo próprio consumidor na celebração do contrato, sem falar no reconhecimento da inadimplência pela própria autora.

9. Noto, ademais, que a apelada reside em condomínio residencial e, portanto, as respectivas correspondências remetidas aos condôminos são necessariamente recebidas pelo porteiro, antes de ser entregues aos respectivos destinatários, o que não pode servir de subterfúgio para o inadimplemento de suas obrigações.

**10. Assim, não se mostra ilegal a resolução do contrato, uma vez que obedecidos os requisitos previstos no artigo 13, § único, inc. II, da Lei 9.656/98, com o devido envio da notificação extrajudicial juntamente com o boleto para o pagamento respectivo, pela apelante ao endereço fornecido pela apelada, a qual, apesar de notificada, não purgou a mora. (fls. 286-288, e-STJ) [Grifou-se]**

Verifica-se, que o acórdão recorrido amolda-se à jurisprudência desta Corte, segundo a qual é possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de plano de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. REANÁLISE DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DAS SUMULAS N. 5 E 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. (...) 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de plano de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 881.867/RS, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 06.12.2016, DJe 19.12.2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCP. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESCISÃO UNILATERAL PELA OPERADORA. POSSIBILIDADE. ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI Nº 9.656/98. INAPLICABILIDADE AO CASO. DECISÃO MANTIDA. (...) 3. Esta Corte possui a compreensão de que é possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de

# *Superior Tribunal de Justiça*

plano de saúde, imotivadamente após a vigência do período de 12 meses e mediante prévia notificação da outra parte, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares (AgRg no AgRg no AREsp nº 51.473/SP, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 14/10/2015). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1590174/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 23.08.2016, DJe 31.08.2016)

**3.** Do exposto, acolho os embargos de declaração, tão somente, para sanar a contradição do julgado embargado (fls. 398-403, e-STJ), nos termos da fundamentação acima, **mantida a negativa de provimento ao recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator

